

Procedimentos de reporte de problemas e condutas incorretas do Grupo Generali

1. Introdução

Este documento explica o processo utilizado pelo Grupo Generali para gerir problemas e condutas incorretas, reportadas de acordo com o Código de Conduta do Grupo.

2. Preocupações e condutas incorretas com tratamento informal

Na maioria dos casos reportados aos responsáveis, o denunciante terá a expectativa de que o caso seja tratado informalmente pelo responsável e não encaminhado para outros departamentos. Nos casos em que o responsável não puder resolver informalmente a preocupação e/ou conduta incorreta, devido à sua seriedade, natureza ou falta de imparcialidade, o conteúdo do reporte será enviada ao responsável do Compliance ¹, para tratamento.

3. Canais de reporte

O Grupo Generali disponibiliza diversos canais alternativos de reporte para além da gestão local:

- Compliance local
- Compliance do Grupo
- Linha de apoio de Compliance do Grupo Generali

4. Restrições aos Reportes / Linha Direta de Compliance

Os casos reportados através da Linha de Apoio de Compliance do Grupo Generali são limitados aos assuntos que envolvem:

Problemas financeiros	A alteração, fabricação, falsificação de toda ou qualquer parte de um documento, contrato ou relatório financeiro; a criação de impressos falsificados, omissão de factos importantes ou participação de sinistros fraudulentos; divulgações financeiras imprecisas, informações privilegiadas ou práticas questionáveis relacionadas a controles financeiros internos.
Auditoria e Contabilidade	Qualquer deturpação intencional de informações, influência indevida ou preocupações de independência relativamente às interações com os auditores externos ou internos, ou à supervisão das funções de auditoria das atividades. Incluindo práticas questionáveis relacionadas à contabilidade, auditoria ou controles financeiros internos (exemplos incluem: evasão fiscal, distorção de

¹ A Política de Compliance do Grupo qualifica a Função de Compliance como independente de quaisquer funções operacionais. O Responsável de Compliance reporta ao Conselho de Administração.

	receita, distorção de despesas, distorção de ativos, aplicação incorreta de princípios contabilísticos, transações indevidas).
Banca	Preocupações com práticas bancárias questionáveis ou antiéticas. (Exemplos incluem: lavagem de dinheiro, fraude bancária; desfalque; alteração, fabricação, falsificação de qualquer documento, relatório ou registro bancário; ou práticas questionáveis relacionadas a controles bancários regulatórios ou internos).
Suborno	O ato de influenciar a ação oficial ou política de outra pessoa por via de incentivos corruptos, que podem incluir a oferta de itens, os quais possam ser, razoavelmente, interpretados como um esforço para influenciar indevidamente um relacionamento ou decisão comercial.
Gestão de Topo envolvida em assuntos financeiros, Auditoria e Contabilidade, Banca ou Suborno	As questões acima descritas aplicam-se sempre que estejam envolvidos quaisquer membros do Conselho de Administração (ou equivalente) ² , incluindo o CEO, o CFO, o General Manager, o Responsável de Recursos Humanos ou o Responsável de Auditoria Interna.

Outras preocupações devem ser relatadas através dos canais alternativos (consulte a seção 3). Restrições adicionais podem ser aplicadas de acordo com a lei local.

5. Atribuição Inicial de Caso

Uma vez relatado, o caso será avaliado para identificar o Responsável de Compliance apropriado para o tratamento do problema ou conduta incorreta reportado.

O caso será atribuído com base nas regras do Grupo Generali e isso significa que os casos são normalmente atribuídos ao Responsável de Compliance local, exceto nos seguintes casos:

Casos que envolvam	Atribuição do problema ou conduta indevida
Gestão de Topo	Responsável de Compliance regional ou do Grupo
Contabilidade, auditoria ou questões financeiras significativas	Responsável de Compliance regional ou do Grupo
Responsável de Compliance local ou Regional	Responsável de Compliance do Grupo
Responsável de Compliance do Grupo	Presidente do Conselho de Administração da Assicurazioni Generali

Os casos reportados através da Linha de Apoio ao Compliance do Grupo Generali são atribuídos automaticamente ao responsável apropriado de Compliance, seguindo as regras acima mencionadas.

² Incluindo membros do Conselho Fiscal, quando aplicável

Os Responsáveis de Compliance Regionais/Grupo podem estar sediados num país, que não seja onde o problema ou conduta indevida ocorreu; no entanto, qualquer informação será tratada de acordo com a legislação local e a política do Grupo Generali sobre protecção de dados (por favor entre em contato com o responsável local pela privacidade para obter detalhes).

6. Detalhes necessários para atribuir um caso

Ao reportar um problema ou conduta indevida, o denunciante deve facultar as seguintes informações para ajudar no processo de atribuição do caso:

1. O país em que o denunciante está localizado;
2. O país em que a violação reportada ocorreu;
3. A entidade do Grupo Generali a que o reporte se refere;
4. Se o caso envolve:
 - Gestão de Topo
 - Responsável de Compliance
 - Contabilidade, auditoria ou questões financeiras significativas.

As informações acima também ajudarão na identificação de casos em que a lei local restringe o uso dos canais de denúncia.

7. Avaliação e investigação do caso reportado

A avaliação e a investigação do caso deverão ser realizadas com a máxima confidencialidade e todas as informações relevantes serão partilhadas entre a Função de Compliance e outras pessoas quando estritamente necessário.

Uma avaliação preliminar será realizada para garantir que seja a Função de Compliance apropriada a lidar com o caso e que este seja suficientemente detalhado para permitir uma investigação.

Após a conclusão da avaliação preliminar, a Função de Compliance dará início à investigação do caso, com o apoio da Auditoria Interna e de outros consultores profissionais externos, conforme necessário.

8. Medidas de remediação

Após a investigação, a Função de Compliance identificará quais as medidas de remediação necessárias.

Onde forem apropriadas sanções disciplinares, a Função de Compliance envolverá os Recursos Humanos no processo.

Todas as medidas de remediação serão submetidas ao CEO/Órgão da Administração da entidade para decisão final.

9. Banco de Dados “EthicsPoint”

Todos os casos reportados dentro do Grupo Generali serão registados no banco de dados “EthicsPoint”, exceto aqueles que são tratados informalmente.

O acesso aos casos individuais é definido caso a caso e é limitado à Função de Compliance e, quando relevante e apenas quando houver necessidade, e de modo estritamente necessário, às pessoas que lidam com as investigações.

O banco de dados “EthicsPoint” encontra-se sediado num prestador terceirizado em servidores localizados na União Europeia.

10. Relatórios

O banco de dados “EthicsPoint” permite a elaboração de relatórios regulares ao nível local, regional e do Grupo. Os relatórios são limitados a detalhes genéricos dos casos, incluindo, por exemplo, o número de casos recebidos, agrupados por tipo ou país.

Os relatórios não contêm nenhuma informação pessoal (por exemplo, os nomes dos indivíduos envolvidos) sobre os casos, como a identidade de qualquer um dos indivíduos envolvidos.

11. Conclusão do caso e remoção de dados pessoais

Após a conclusão do caso, as informações pessoais mantidas no banco de dados “EthicsPoint” serão removidas de acordo com as regras aplicáveis pelo Grupo e disposições locais, e somente as informações anónimas serão retidas para permitir relatórios e análises de tendências.

Onde for necessário para concluir medidas de remediação ou conforme exigido pela legislação local, os dados pessoais podem ser mantidos pelas funções relevantes fora do banco de dados “EthicsPoint.”